



OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Autor(es)

Thiago Caetano Luz
Carlos Anderson
Andressa Ferreira Veras
Luana Moraes De Oliveira
Franciele Moreira Da Silva
Felipe Sampaio
Ana Luísa Barbosa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

É de conhecimento que em qualquer ramo do direito fala-se sobre obrigações, não só propriamente dito em direito Civil e suas obrigações. Trazendo então um dos ramos do direito a ser dissertado neste artigo, o ramo Previdenciário.

Aqui no Brasil a previdência social é um dos principais pilares do bem estar social, focado em garantir direitos fundamentais a trabalhadores e seus dependentes.

Logo, aprofundando no assunto, a obrigação da Previdência Social vai além do simples pagamento de aposentadorias e pensões, traz também a suma importância da gestão eficiente dos recursos e suas manutenções. Este então, visa discutir as responsabilidades, analisando suas principais funções e obrigações.

Objetivo

Este artigo tem por objetivo dissertar sobre o ramo do direito previdenciário e suas obrigações, no que tange o dever, o objeto e a prestação em uma relação jurídica.

Material e Métodos

Foram utilizados neste, diversos métodos, tais como a Lei da previdência LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 trazendo o fator principal de toda a pesquisa.

Algumas doutrinas e artigos de outros autores onde discorrem com mais exatidão sobre o assunto, distinjindo diversas discussões e explicações sobre o tema.

Obviamente, não podemos deixar de lado a luz principal, a constituição brasileira, com suas peculiaridades descritas em si.

No todo foram feitas muitas pesquisas para que este tenha sido concluído, o assunto é rico e tem muitas nuances



e pensamentos diferentes por vários doutrinadores do ramo do direito.

Resultados e Discussão

Primeiramente trazemos o conceito de OBRIGAÇÕES dentro do direito, onde se trata de regulamentos regendo sobre credor e devedor em uma relação jurídica (vínculo).

Em síntese, são componentes da relação o sujeito passivo, a prestação de: dar/fazer/não fazer em benefício do sujeito ativo. Em sentido amplo, a obrigação é qualquer dever jurídico, tendo um processo dinâmico que se desenvolve até o cumprimento da prestação.

Trazendo então para o ramo previdenciário, dizem respeito ao cumprimento de deveres relacionados a segurança social visando então garantir proteção aos mais necessitados em situações como : doenças, acidentes, idade avançada e até mesmo a morte.

Obrigações previdenciárias, envolvem o recolhimento de tributos e a contribuição para a previdência social. Ou seja, sua empresa precisa recolher o INSS sobre a folha de pagamento, a contribuição para o Seguro Social e, em alguns casos, o Seguro de Acidente de Trabalho, garantindo que o trabalhador tenha acesso a benefícios como aposentadoria e auxílio-doença. Existem alguns benefícios menos conhecidos, mas que são importantes para os trabalhadores, como:

- Aposentadoria por invalidez: destinada a trabalhadores que se tornam permanentemente incapazes de exercer suas atividades laborais;
- Pensão por morte: benefício concedido aos dependentes do segurado que falece, garantindo-lhes uma renda mensal;
- Salário-família: destinado aos segurados de baixa renda com filhos menores de 14 anos ou inválidos, visando auxiliar no sustento das crianças. As obrigações trabalhistas e previdenciárias atuam juntas para garantir a segurança, os direitos e os benefícios. Entre as principais obrigações, destaca-se a contribuição dos segurados, que incide sobre a remuneração de trabalhadores formais e contribuintes individuais.

Conclusão

Em síntese como vimos ao longo desta dissertação, abrangemos obrigações de todos os sujeitos que podem vir a ter obrigações na lide como :empregador, empregado e a própria Previdência Social.

As obrigações previdenciárias, sejam elas principais, sejam elas acessórias, são essenciais para o funcionamento do sistema e para a regularidade fiscal dos contribuintes. No entanto, as complexidades e os desafios enfrentados por empresas e trabalhadores no cumprimento dessas obrigações demandam um constante aprimoramento e simplificação dos processos.

Com a ajuda do eSocial sendo um avanço imenso e muito significativo para buscar o equilíbrio e a eficiência do sistema no que tange a facilidade de transferência e transparência de informações dos trabalhadores estamos indo em direção ao fortalecimento, para a garantia de um futuro mais sustentável para a previdência social assegurando que seus benefícios possam atender a todos os cidadãos de forma equitativa e eficaz.

Referências



SIGMA, Escritório. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: o que são e qual a importância de cada uma delas. Disponível em: <https://escritoriosigma.com.br/obrigacoes-trabalhistas-e-previdenciarias-o-que-sao-e-qual-a-importancia-de-cada-uma-delas/>. Acesso em: 03 de março de 2025.

OMIE. Obrigações trabalhistas. Disponível em: <https://blog.omie.com.br/obrigacoes-trabalhistas/>. Acesso em: 03 de março de 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 03 de março de 2025.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm. Acesso em: 03 de março de 2025.